



**PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**  
(Do Sr. MARX BELTRÃO)

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir os motoristas de aplicativo entre os beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

VI – motoristas de aplicativo, de que trata a Lei nº 13.640, de 26 de março de 2018, que exerçam a atividade, comprovadamente, há no mínimo 3 (três) anos.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo deste Projeto de Lei é conceder aos motoristas de aplicativos o mesmo tratamento tributário concedido aos taxistas, por uma questão de isonomia tributária e justiça fiscal.

Observe-se que a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, concede isenção do IPI para a aquisição de veículos novos por parte dos taxistas, assim, nada mais justo que os motoristas de UBER, 99POP, MOB BRASIL, FLIP MOB, dentre muitos outros, recebem o mesmo tratamento tributário.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Marx Beltrão - PP/AL**

A própria Constituição Federal de 1988 assegura que todo contribuinte que se encontre na mesma situação deve ter o mesmo tratamento tributário, sendo vedada qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercidas (art. 150, II).

Ante o exposto e tendo em vista a imensa relevância desta medida para os motoristas de aplicativos, conto com o apoio dos nobres pares nesta Casa para a rápida aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputado MARX BELTRÃO  
(PP/AL)

